

**FEAM**  
Protocolo nº: 102315/2009  
Divisão: PROSU  
Mat.: Visto: DMP

FUNDAÇÃO ESTADUAL  
27  
FL. Nº  
MEIO AMBIENTE

feam

Processo nº176/1994/006/2002  
Ref. Auto de Infração n.º:1270/2002  
Empreendedor: DER-MG

PARECER JURÍDICO

Processo: 0076/1994/006/2002  
Documento: 102315/2009



Pag. : 029

## PARECER JURÍDICO

### I) RELATÓRIO

1 – O Empreendimento foi multado em 01-08-2003 como incurso no inciso 1, do §1º e no inciso 6, do §3º, do artigo 19, do Decreto n.º 39424/98.

2 – O processo administrativo encontra-se devidamente formalizado, com a documentação exigida. Tempestivamente, a empresa apresentou seu pedido de reconsideração, solicitando, em síntese, a suspensão das multas aplicadas em razão de assinatura de Termo de Acordo e, após seu cumprimento, a redução do valor das penalidades.

3- Do ponto de vista jurídico, há que se considerar que o artigo 21, em seus parágrafos segundo, terceiro e quarto dispõe sobre a possibilidade de assinatura de Termo de Compromisso, visando a adoção de medidas específicas para cessar ou corrigir a poluição ou degradação ambiental.

Assim, considerando que o pedido de reconsideração foi apresentado anteriormente ao prazo 20 dias imposto pelo sobredito parágrafo terceiro, caracterizada está a tempestividade do pedido de assunção de Termo de Compromisso.

### II) CONCLUSÃO

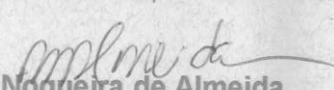
Diante do exposto, considerando que o recorrente não trouxe a este órgão ambiental dados, fatos novos ou ponderações jurídicas capazes de descaracterizar a infração cometida, remetemos os autos às autoridades competentes, recomendando o seguinte:

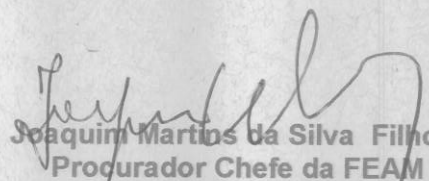
⇒ o indeferimento do Pedido de Reconsideração, com manutenção das multas aplicadas;

⇒ conceder à empresa o prazo de 20 dias para apresentar proposta visando a eliminação das condições degradadoras e o respectivo cronograma físico financeiro, visando a celebração de Termo de Compromisso;

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 04 de novembro de 2008.

  
Daniela Nogueira de Almeida  
Consultora Jurídica  
OAB/MG 74367

  
Joaquim Martins da Silva Filho  
Procurador Chefe da FEAM  
OAB/MG 16.076 MASP 1043.804-2